



Índice

- 01** [Cardozo espera apresentar logo encaminhamento para demarcação de terras indígenas em MS](#)
- 02** [Moreira Mendes critica ranço ideológico no debate da demarcação de terras indígenas e trabalho escravo](#)
- 03** [Ministro da Justiça e advogado da União se reúnem com Puccinelli para discutir conflitos indígenas](#)
- 04** [Vice-governadora e entidades participam de reunião sobre conflitos indígenas](#)
- 05** [MPF de Sinop investiga concessão de salário maternidade para indígenas](#)
- 06** [Mobilizações Indígenas](#)
- 07** [Cadastro Único chega até aldeias de oito municípios](#)
- 08** [Comissão quer reintegrar crianças indígenas às famílias em MS](#)
- 09** [Friamente calculado](#)
- 10** [Índios interpelam Gilberto Carvalho judicialmente](#)



Cardozo espera apresentar logo encaminhamento para demarcação de terras indígenas em MS

SÍTIO PORTAL EBC, 18.07.2013

Brasília - o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse, na noite de hoje (18), que espera apresentar um encaminhamento para os conflitos entre os índios e fazendeiros, em torno da demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, até o início do próximo mês. Em entrevista à imprensa, após reunião, no ministério, com o grupo integrado por lideranças indígenas e representantes dos fazendeiros, do governo de Mato Grosso do Sul, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal para tratar da questão. "Nossa ideia é que até 5 de agosto nos possamos apresentar algum encaminhamento um pouco mais afunilado na busca de um entendimento", disse.

O grupo foi criado para buscar um consenso em torno da questão, após conflitos envolvendo os fazendeiros e os índios que resultaram na morte de um índio durante tentativa de reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, localizada a 70 quilômetros da capital Campo Grande.

Em todo o estado existem 53 áreas demarcadas ou em processo de demarcação. A maior parte delas está em disputa na Justiça. De acordo com o ministro, o governo estuda uma fórmula jurídica para cada situação. "Há situações diferentes, há áreas em que mesmo não tendo havido o trânsito em julgado, como é o caso da Fazenda Buriti, até o momento o Judiciário entende que a área não é indígena. Há áreas em que foi suspenso o processo de demarcação sem haver uma decisão, há áreas em que não houve suspensão e que, portanto, se poderia afirmar que, salvo uma decisão em contrário do Judiciário, a área seria indígena", disse Cardozo.

O ministro informou ainda que o grupo está trabalhando em uma avaliação financeira de cada caso. "Houve determinação ao grupo que fizesse a avaliação financeira de algumas áreas levantadas, o que inclui indenizações sobre valor do domínio, benfeitorias e outras", ponderou. O ministro lembrou que como algumas dessas áreas estão judicializadas, há a necessidade de acordo entre as partes envolvidas. "Isto varia de área para área, hipótese para hipótese não há uma solução uniforme para este problema," ponderou.

Além de Mato Grosso do Sul, o governo deve fazer reunião entre índios e fazendeiros no Rio Grande do Sul, Paraná e em Santa Catarina, a partir de agosto. Em maio, o governo decidiu interromper, mesmo que temporariamente, a demarcação de terras indígenas em regiões de conflito, o que inclui esses estados.

Cardozo também falou sobre a publicação de uma portaria, que incluirá a participação de outros órgãos federais no processo de demarcação de terras indígenas. Pela proposta, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os ministérios da Agricultura e do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2013

Brasília, 19 de julho de 2013.

Desenvolvimento Agrário também se manifestariam sobre a demarcação, o que, na opinião do ministro, "tornaria mais transparente e mais dotado de informações durante o seu processamento, sem que a Funai perca o seu protagonismo".

De acordo com Cardozo, antes de editar a portaria, o governo vai acompanhar o Projeto de Lei Complementar 227/2012, que visa a regulamentar o processo de demarcação de terras indígenas. "Esta regulamentação é de fundamental importância para que possamos ter mais mecanismos jurídicos a fim de solucionar os problemas", disse o ministro.

O ministro também declarou ter várias críticas à proposta em debate no Congresso Nacional. "Temos críticas, seja do ponto de vista do mérito, seja do ponto de vista da constitucionalidade. Por isso nós queremos, a partir deste estudo que estamos fazendo, oferecer uma proposta para debate na Câmara e no Senado", declarou. De acordo com Cardozo, esta iniciativa podem diminuir a judicialização no processo de demarcação de terras indígenas. "Se for aprovada nos termos que nós gostaríamos que fosse, seguramente teremos mais instrumentais jurídicos para enfrentar os conflitos", completou.

Edição: Aécio Amado



Moreira Mendes critica ranço ideológico no debate da demarcação de terras indígenas e trabalho escravo

SÍTIO NOTÍCIA NA HORA, 18.07.2013

Em discurso da tribuna da Câmara, o deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO) criticou as manifestações nas redes sociais que se opõem a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012, que define os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas. Segundo ele, os opositores não têm conhecimento do projeto e as ONGs usam índios como massa de manobra. O parlamentar foi o relator da proposta na Comissão de Agricultura que agora segue para análise da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

“Os comentários feitos nas redes sociais estão completamente desprovidos de conteúdo. Esses ongueiros, essa quadrilha de antropólogos, como já foram denunciados inúmeras vezes por aí, não têm interesse nenhum em regularizar a terra indígena. Querem, na verdade, usar o índio como massa de manobra para os seus interesses escusos”, disse Moreira.

O parlamentar explicou que é preciso acabar com esse ranço ideológico contra quem defende o produtor rural. Ele disse ainda que a medida é para regulamentar o que dispõe o parágrafo 6º do art. 231 da Constituição, que estabelece o que é relevante para o País, e o que é importante para o interesse público da União.

“O que nós estamos fazendo aqui é uma proposta de lei complementar, regulamentando o parágrafo 6º da Constituição. Onde é que está no PLP 227 qualquer tentativa de revogar disposição, o capítulo que trata da questão indígena? Isso é má-fé. Quem usa isso como argumento ou é despreparado, ou mente para enganar a população, porque este é um tema frágil”, afirmou Moreira.

Ele não poupou críticas à Fundação Nacional do Índio (Funai) por incitar o conflito entre produtores rurais e índios e defendeu uma solução legislativa para esclarecer o que está ocorrendo na Funai. “Nós da bancada ruralista defendemos sim as comunidades indígenas. Os conflitos estão sendo gerados por conta dessa irracionalidade de algumas pessoas da Funai, que é permeada por esse ranço ideológico, vencido e ultrapassado que não existe mais”, protestou.

Trabalho Escravo

Ainda em seu discurso, Moreira Mendes criticou o artigo “Onde tudo começou”, do professor Vladimir Safatle, publicado Folha de S.Paulo, edição de 16/07. Segundo o parlamentar, o artigo é oportuno, por se tratar da reflexão do contexto atual no momento político. Mas em sua opinião foi usado um exemplo inadequado, quando é tratado dos atos de vandalismo ocorridos na hidrelétrica de Jirau, em 2011, por conta de suposto trabalho degradante na obra. Segundo Moreira, essa alegação é inaceitável.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2013

Brasília, 19 de julho de 2013.

“Quero lembrar que duas das três maiores obras em construção no País estão em Rondônia: hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau. Perdoe-me o Sr. Vladimir, mas o senhor não conhece a realidade. Lá não há e nunca houve nada de trabalho degradante, ao contrário, os trabalhadores dessas duas grandes obras seguramente são os mais bem pagos do setor no País, e os que têm as melhores condições de trabalho, a ponto de terem, todos eles, dormitório até com ar-condicionado”, afirmou o deputado.

De acordo com Moreira, essas duas obras, especialmente Jirau, têm trabalho digno, de qualidade, pagam os melhores salários, e as empreiteiras que atuam na região fazem um trabalho reconhecido no mundo todo. “Lamento que ele (Vladimir) não tenha reconhecido”, finalizou Moreira.



Ministro da Justiça e advogado da União se reúnem com Puccinelli para discutir conflitos indígenas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 18.07.2013

Eles discutem os conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul, que até já causaram morte no dia 30 de maio deste ano.

O governador André Puccinelli (PMDB) está reunido, na tarde de hoje, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Eles discutem os conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul, que até já causaram morte no dia 30 de maio deste ano.

O encontro acontece no Ministério da Justiça, em Brasília. Adams, Puccinelli e Cardoso buscam uma forma de acelerar a solução para os conflitos envolvendo, principalmente, os terenas na Estado. Eles exigem a ampliação da reserva Buriti, em Sidrolândia, de 2 mil para 17 mil hectares, e da Taunay-Ipegue, em Aquidauana, de 6 mil para 33 mil hectares.

A solução para o conflito é uma determinação da presidente da República, Dilma Rousseff (PT). O confronto durante a desocupação da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, causou a morte do índio Oziel Gabriel. Ele pode ter sido morto por um policial. O caso é investigado pela Polícia Federal.

Dias depois, outro confronto, entre índios e produtores rurais, terminou com um índio, Joziel Gabriel Alves, baleado. Ele pode ficar tetraplégico e vai encaminhado para Brasília (DF).



Vice-governadora e entidades participam de reunião sobre conflitos indígenas
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.07.2013

A vice-governadora e secretária estadual da Casa Civil, Simone Tebet, e representantes de entidades dos produtores rurais participam da reunião sobre as questões indígenas com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Ela representa o governador André Puccinelli (PMDB) no encontro. A agenda divulgada pelo ministério indicava que o peemedebista estaria no encontro. No entanto, ele cumpriu agenda em Ponta Porã, que comemora 101 anos nesta quinta-feira, e voltou para cumprir agenda interna na Governadoria.

A reunião conta com a presença do representante da Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário (Agraer), José Antônio Trombini, do procurador-geral adjunto do Estado, José Aparecido Barcellos de Lima, e dos dirigentes da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), da Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de MS) e da FAS (Federação dos Agricultores Familiares).

O encontro é para discutir as questões indígenas no Estado, principalmente, os conflitos entre produtores e índios terenas na região sudoeste. Em Sidrolândia, dois índios foram baleados, sendo que um morreu e outro corre risco de ficar tetraplégico.



MPF de Sinop investiga concessão de salário maternidade para indígenas

SÍTIO REPORTER NEWS, 18.07.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Sinop vai apurar informações para subsidiar possível ação pública contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O fato é relacionado sobre a concessão de salário maternidade à indígenas menores de 16 anos. Não foi apontado, preliminarmente, se há algum tipo de irregularidade na concessão do benefício.

De acordo com o inquérito civil público instaurado, ontem, pelo procurador Lucas Horta de Almeida, a Fundação Nacional do Índio (Funai) de Colíder deve informar, no prazo de dez dias, quais aldeias e quais etnias são abrangidas pela atuação da fundação com o número de indígenas, discriminando entre homens e mulheres menores de 18 anos.

A Funai também deverá encaminhar ao órgão o levantamento de nascimentos anuais e, se possível, quantos são decorrentes de indígenas menores de 16 anos.

Por: Thais Festa

Fonte: Só Notícias



Mobilizações Indígenas

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 18.07.2013

O Fato

Desde o dia 25 de junho de 2013, terça-feira, que a viatura marca Ford, traçada 4X4, cor branca, placa MWP 0372, patrimônio da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, encontra se apreendida na aldeia Palmeiras. No momento da apreensão, o veículo que está lotado na FUNAI/CTL de Tocantinópolis (TO) estava sendo conduzido pelo motorista (terceirizado) da FUNAI, João Cícero Ambrósio dos Santos. No dia seguinte ao ocorrido, as lideranças da aldeia Palmeiras comunicaram o fato ao senhor Bruno Aluísio Braga, Coordenador Técnico Local da FUNAI/CTL de Tocantinópolis (TO), informando que só entregarão o veículo com a presença do Coordenador da FUNAI/CRAT de Palmas, Cleso Fernandes de Moraes. Passados mais de 20 dias, o Coordenador não apareceu e o veículo continua apreendido naquela aldeia, localizada aproximadamente a 58 km de Tocantinópolis (TO), fato que tem gerado divergências internas e reclamações de outras comunidades Apinajé.

Descrição e contexto

Depois do confronto que aconteceu na aldeia Buriti Cumprido, em 15 de dezembro de 2007, as famílias das aldeias Buriti Cumprido, Cocalinho, Palmeiras e Patizal foram removidas pela FUNAI para a aldeia São José. Depois de um ano do ocorrido e morando na aldeia São José, em 2008, as lideranças se reuniram com o senhor Cleso Fernandes de Moraes, então administrador da FUNAI/AER de Araguaína (TO), e solicitaram apoio em transporte e segurança para voltar pra aldeia Palmeiras. Na ocasião, o Cleso prometeu consertar uma viatura Toyota que pertencia ao Posto de Vigilância da FUNAI na localidade Veredão, município de São Bento do Tocantins e deixar a citada viatura com motorista para garantir o transporte e segurança para famílias da aldeia Palmeiras.

Como não tiveram suas reivindicações atendidas, em setembro de 2011, por ocasião da 2ª Assembleia da Associação PEMPXÀ, que foi realizada na aldeia Patizal, durante conversa na aldeia Palmeiras, as lideranças cobraram cumprimento das promessas feitas em 2008. Em resposta, o Cleso informou que o conserto da Toyota ficaria muito caro, mas não apontou nenhuma solução para atender as reivindicações apresentadas pela comunidade.

Cansados de esperar por uma solução para suas demandas, as famílias resolveram apreender a viatura como forma de denunciar as precárias condições dos serviços públicos que atendem as aldeias; um dos exemplos mais vergonhosos é a FUNAI/CTL de Tocantinópolis, onde o sucateamento tem sido motivo de inúmeras queixas e reclamações das comunidades. Entretanto, os gestores da FUNAI não têm demonstrado nenhum interesse em resolver esses problemas e melhorar a qualidade do atendimento.

Essas reivindicações exigem atenção das autoridades, especialmente do senhor Cleso Fernandes de Moraes, coordenador da FUNAI/CRAT de Palmas (TO). Informamos que a apreensão da viatura foi uma decisão coletiva da comunidade, como forma de protestar e



chamar a atenção das autoridades para o abandono e sofrimento das famílias. Nesse contexto, avaliamos que essas aldeias mais isoladas precisam prevenir a possibilidade de uma emergência, ou situação de doenças repentinas (e acidentais) que podem acontecer a qualquer hora. Lembrando também que não estamos sendo bem atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins -DSEI-TO e Secretaria Especial de Saúde Indígena -SESAI, sendo que no momento o PBI de Tocantinópolis só dispõe de (01) uma viatura para atender mais (27) vinte e sete aldeias.

As Reivindicações

As autoridades públicas têm a obrigação de ouvir, conhecer e resolver nossas reivindicações. Diante dessa situação, exigimos uma reunião urgente na área Apinajé, com a presença do senhor Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da FUNAI/CRAT de Palmas (TO), para tratar da seguinte pauta:

- a) Resolver sobre a apreensão da viatura e atender às reivindicações das famílias da aldeia Palmeiras;
- b) Tratar da volta das (15) quinze famílias, que pretendemos voltar e morar na região da aldeia Cocalinho;
- c) Discutir sobre os equipamentos comprados pelo CESTE e a vigilância desta TI.

Terra Indígena Apinajé, 18 de julho de 2013.



Cadastro Único chega até aldeias de oito municípios SÍTIO ACHIXCLIP, 18.07.2013

Objetivo é incluir 1.861 famílias que faltaram ao registro do Governo Federal

Manuela Mattos

Comunidades indígenas de oito municípios alagoanos foram integradas ao Cadastro Único do governo federal, nessa quarta-feira (17), em ação realizada pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seades). A partir de então, elas terão acesso a programas sociais, conquistando benefícios para melhoria na qualidade de vida.

Equipes com entrevistadores do CadÚnico e assistentes sociais acompanharam o cadastramento dos índios, já que há uma estimativa de 1.861 famílias projetadas pelo governo estadual, por meio do Fórum Alagoano de Busca Ativa, que identificou a carência desses alagoanos no tocante à assistência, segurança e garantia de direitos fundamentais ao exercício da cidadania.

O objetivo é também proporcionar benefícios por meio de programas sociais como Bolsa Família e Pronatec, e descontos no pagamento de faturas de energia. O Dia Estadual de cadastramento das famílias indígenas mobilizou, simultaneamente, as secretarias municipais de Feira Grande, Inhapi, Joaquim Gomes, Palmeira dos Índios, Pariconha, Porto Real do Colégio, São Sebastião e Traipu, municípios selecionados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) pela quantidade considerável de aldeias.

Em Joaquim Gomes, o Cadastramento Indígena foi realizado na Escola Estadual Indígena José Máximo de Oliveira e contou com o apoio das Secretarias Municipais de Assistência Social e da Saúde. Além da realização do Cadastro Único, foram promovidas também oficinas de higiene pessoal, atividades com as crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e a distribuição de kits de saúde bucal. Cerca de 500 famílias indígenas vivem na comunidade. Dessas, mais de 100 ainda não possuíam o CadÚnico.

As comunidades indígenas aguardavam a oportunidade de realizar o cadastro. "Foi muito gratificante. Há muitos anos a gente esperava isso. Tenho certeza de que a partir de hoje nossa situação vai melhorar", ressaltou o Cacique Heleno Manuel da Silva, da tribo Xucuru Cariri, localizada no município de Palmeira dos Índios. Ele disse que "o que faz bem para o índio, o índio abraça".

O "Dia D" foi ideia da Superintendência de Fortalecimento do Sistema Descentralizado, vinculada à Seades, junto às propostas do Programa do Governo Alagoas Tem Pressa. Segundo a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Celiany Rocha, levar o Cadastro Único até as aldeias facilita o processo, pois evita que pessoas de outras etnias se inscrevam.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2013

Brasília, 19 de julho de 2013.

“Para nós, não é apenas a realização de um cadastro, mas sim a inserção de toda a comunidade indígena alagoana nos programas sociais e benefícios ofertados pelo governo federal. Dentro das aldeias, limitamos o cadastro para quem realmente é índio, cujos benefícios são mais extensos”, disse.

O mutirão movimentou também as Secretarias do Trabalho, Emprego e Qualificação (Seteq); da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos (SEMCDH), que contou com a participação do respectivos gestores, Alberto Sexta-feira e Kátia Born. Eletrobras, Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Comissão Indígena Missionária (Cimi) e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também são parceiros do projeto.



Comissão quer reintegrar crianças indígenas às famílias em MS

SÍTIO PANTANAL NEWS, 18.07.2013

Atualmente há 22 crianças e adolescentes à espera de adoção. Comissão da Funai pretende reintegrar crianças até setembro.

Uma comissão formada para ajudar no processo de adoção de crianças e adolescentes indígenas em situação de vulnerabilidade em Dourados, a 225 km de Campo Grande, pretende reintegrá-las às próprias famílias até setembro deste ano. Atualmente, 22 crianças de zero a 15 anos de idade estão em abrigos da cidade.

O coordenador dos trabalhos, Diógenes Cariaga, fala sobre a iniciativa. "A comissão foi criada a partir de uma série de debates que foram sendo construídos ao longo dos últimos quatro anos, junto com a Fundação Nacional do Índio, os órgãos de assistência social e a Justiça, para que a gente pudesse criar mecanismos que garantissem os direitos da crianças e adolescentes indígenas, desde que se respeite o modo de ser de cada grupo", diz.

Entre as crianças que passaram pelo abrigo está uma menina de 5 anos de idade. Os pais têm problemas com alcoolismo. A criança não precisou ser adotada por outra família. Ela voltou para casa, na aldeia Bororó, no início da semana. A guarda dela foi transferida para a tia.



Friamente calculado

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 18.07.2013

Jessé Souza*

Nada é estanque quando se trata de analisar a realidade de Roraima. Todas as grandes questões estão intimamente interligadas, algumas delas com objetivos bem claros e outros até inconfessáveis. Senão, vejamos como tudo vem sendo construído.

A questão indígena foi a grande celeuma não porque os políticos estavam preocupados com “áreas produtivas”, como se apregoeou por longos anos, inclusive com discursos falsos nacionalistas. A grande luta contra a demarcação das áreas indígenas se embasou em uma ostensiva campanha e desenvolvimento, mas tinha outra finalidade bem definida.

O forte apoio aos produtores para que ocupassem terras indígenas tinha um grande objetivo: impedir que as áreas reivindicadas pelos índios tivessem o domínio pleno da União. Importa explicar que uma área demarcada passa a ser registrada como terras da União, cabendo aos índios somente o seu usufruto. Logo, tais áreas não podem ser submetidas a legislações estaduais ou a projetos sem autorização federal.

Sendo assim, a homologação de terras indígenas foi um duro golpe em dois planos dos políticos. O primeiro deles era conseguir o amplo domínio de mais terras para que eles pudessem ocupar para fins particulares e para o mercado de especulação imobiliária, como eles fizeram com boa parte das terras que a União repassou ao Estado.

As investigações que estão em curso pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal servem para demonstrar como um grupo de políticos conseguiu grilar terras e usar “laranjas” para regularizar imensas áreas que deveriam servir ao decantado desenvolvimento de Roraima.

O segundo golpe ainda será sentido futuramente, mais cedo do que muitos esperam. Com as áreas indígenas homologadas, os políticos que têm ligações com empresas mineradoras (ou são donos delas) não podem lucrar da forma como queriam, loteando áreas como bem sabem fazer, sem se preocupar com o meio ambiente nem pagar compensações aos povos indígenas (royalties).

Área homologada, conforme diz a Constituição, significa que minerar nessas terras precisa de autorização do Congresso Nacional, além de ser necessário realizar consultas aos índios atingidos pela mineração. Ou seja, todo o processo passa a ser controlado, tudo o que os políticos não gostam.

É por isso que houve toda uma guerra declarada por parte dos políticos quando se tratava da questão indígena e também apoio irrestrito ao projeto de agricultores de conseguirem retalhar as áreas indígenas, pois seria o passe-livre para lotear as terras onde há minérios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2013

Brasília, 19 de julho de 2013.

Agora tudo precisa ser discutido. A mineração em terras indígenas, por obrigação constitucional, tem que ser discutida e aprovada pelo Congresso. Nada pode ser feito às escondidas, como queriam os políticos e como eles costumam fazer em Roraima. Então, tudo o que eles fazem é devidamente premeditado e calculado. Besta é quem acredita neles.

*Jornalista - jesse@folhabv.com.br - Twitter: <http://twitter.com/JesseSouza> - Facebook: <http://www.facebook.com/jesseroraima>



Índios interpelam Gilberto Carvalho judicialmente

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 19.07.2013

Glog do Josias

Lideranças dos índios mundurukus protocolaram no Superior Tribunal de Justiça uma interpelação judicial dirigida ao ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República). Acusam-no de calúnia e difamação. A interpelação é uma ferramenta utilizada para preparar futura queixa-crime contra o ministro.

A petição tem mais doutores do que índios. São dez advogados para seis autores. O texto pode ser lido aqui. Está datado de 27 de maio. Mas só veio à luz neste final de semana, em notícias veiculadas pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), da CNBB; e pelo movimento Xingu Vivo para Sempre.

Deve-se a interpelação a uma nota divulgada no site da pasta chefiada por Gilberto Carvalho no dia 6 de maio. Os munduruku haviam ocupado, quatro dias antes, o canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. E o ministro valeu-se da nota para atacar o que chamou de "autodenominadas" e "pretensas lideranças" dos índios.

Sem dar nome aos bois, o texto da Secretaria-Geral da Presidência mirou a borduna abaixo da linha da cintura: "Na verdade, alguns Munduruku não querem nenhum empreendimento em sua região porque estão envolvidos com o garimpo ilegal de ouro no Tapajós e afluentes."

O documento flechou: "Um dos principais porta-vozes dos invasores em Belo Monte é proprietário de seis balsas de garimpo ilegal." Mais adiante, levou o caldeirão ao fogo: "Diversos indígenas praticam diretamente esse garimpo ilegal na Bacia do Rio Tapajós, possuindo balsas que valem em torno de R\$ 1 milhão."

Engrossou o caldo: "Outros indígenas cobram pedágio dos garimpeiros, chegando a receber R\$ 40 mil por mês para permitir a extração ilegal de ouro na região. A propalada 'defesa da natureza' e a aliança dessas autodenominadas lideranças munduruku com entidades indigenistas e ambientalistas são suspeitas, pois o garimpo ilegal é uma das maiores agressões à natureza e às comunidades que vivem naquele território."

Na interpelação levada ao STJ, os munduruku reproduzem a nota de Gilberto Carvalho e pedem: 1) que o ministro apresente os nomes das lideranças indígenas a que se refere, para que os atacados possam se defender; 2) que esclareça se Dilma Rousseff avalizou o texto da nota; 3) que informe os nomes dos assessores que redigiram e divulgaram a nota.

A petição dos índios esclarece que a interpelação é utilizada como "medida preparatória de posterior ação penal em face do senhor ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em virtude de declarações difamatórias, caluniosas e injuriosas feitas contra o povo indígena munduruku."

CONT.



Sérgio Martins, um dos advogados que representam os índios, disse que a interpelação foi à mesa do ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do STJ. Gilberto Carvalho ainda não havia sido notificado até sexta-feira (9). Toda essa encrenca corre em paralelo com uma tentativa do auxiliar de Dilma Rousseff de chegar a algum tipo de acordo com os munduruku.

Na última terça (4), Gilbertinho, como o ministro é chamado na intimidade, reuniu-se em Brasília com um grupo de mais de cem índios. Comprometeu-se em atender a algumas reivindicações dos munduruku. Entre elas a de realizar consultas prévias sobre futuras obras. Não vinculou, porém, o resultado dessas consultas ao andamento dos empreendimentos.

Os índios querem saber se a opinião deles será levada em conta. Permanecem nos arredores de Brasília, no vizinho município goiano de Luziânia. Esperam ser recebidos novamente por Gilberto Carvalho nesta segunda-feira (10). Simultaneamente, aguardam pelo envio da notificação ao ministro.